

Plano de Actividades para 2011

I Índice

I. Introdução

1. Contexto Institucional e ambiental	2
1.1 Identidade e missão	2
1.2 Valores	3
1.3 Visão	3
1.4 Ambiente Interno	3
1.5 Ambiente Externo	5
1.6 Análise Swot	5
2 Clientes	6

II Objectivos e Estratégia

1. Posicionamento estratégico	7
2. Objectivos estratégicos	8
3. Estratégia a adoptar	9
4. Factores Críticos de Sucesso	9
5. Política a seguir	10
6. Mapa estratégico	10
7. Objectivos operacionais para 2011	11
8. Serviços fornecidos e outros a fornecer	11
9. Principais actividades projectadas	15
a. Reconversão Parcial do Hotel de Férias de Vieira de Leiria para Lar dos Beneficiários	15
b. Reparação e conservação do Hotel de Férias do Baleal – 2ª Fase	16
c. Continuação do programa plurianual de recuperação do património habitacional	16
d. Instituição de apoios específicos a funcionários policiais e familiares vítimas de acidente grave em serviço	16
e. Alargamento da oferta de casas de coabitação Social em Lisboa	17
f. Adaptação da antiga cantina dos SSPSP no Porto para o CIAS	18
g. Adquirir um sistema integrado de informação social (SSPSP e CPPSP)	19

III. Conclusões	19
-----------------------	----

IV. Anexos

I INTRODUÇÃO

1. Contexto institucional e ambiental

1.1. Identidade e missão.

Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP) são uma instituição de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, dependente directamente do Director Nacional da PSP que, por inerência de funções, assume o cargo de Director dos SSPSP, sendo geridos por um Secretário-Geral com o posto de superintendente-chefe¹.

Os SSPSP têm por missão promover actividades de apoio social complementar, contribuindo para a elevação do bem-estar e do moral dos beneficiários que, por força da sua condição policial, estão ou estiveram sujeitos a especiais exigências em termos de *risco*, *disponibilidade* e de *mobilidade*, bem como a índices excepcionais de *desgaste físico* e *psicológico*. Trata-se por isso de uma classe de profissionais que carece de um apoio social com diversas especificidades que lhe assegure igualmente o exercício *digno*, *independente* e *solidário* das funções de autoridade pública, contribuindo ao mesmo tempo para a coesão intergeracional e para a auto-estima e identidade institucionais.

No quadro da sua nobre missão, estes SSPSP promovem um leque alargado de actividades que visam satisfazer as necessidades do pessoal no activo ou aposentado da PSP, que sumariamente poderão ser agrupadas em sete grandes áreas:

- Concessão de apoios pecuniários e em espécie em casos graves de insubsistência familiar e de infortúnio, em especial na decorrência do exercício de serviço público;
- Prestação de serviços no âmbito do lazer e da ocupação dos tempos livres, designadamente através das suas estâncias próprias de férias;
- Disponibilização de habitação social e de alojamento temporário;
- Concessão de empréstimos aos beneficiários para suprir dificuldades de tesouraria urgentes e inadiáveis e para acorrer a situações graves de sobreendividamento;

¹ Actualmente o SG/SSPSP tem o posto de Intendente graduado em Superintendente-Chefe

- Aumento do rendimento disponível dos beneficiários através da manutenção de uma vasta rede de entidades protocoladas em diversas áreas do mercado de consumo;
- Promoção de actividades de desporto, cultura e de convívio institucional;
- Satisfação de necessidades emergentes da especificidade do serviço policial através da disponibilização de serviços que são insuficiente ou deficientemente supridas pelo mercado.

1.2. Valores

Os Serviços Sociais da PSP, pela sua própria natureza jurídica e social, valorizam essencialmente a dignidade do funcionário da PSP e respectivos familiares que se apresentam como a verdadeira razão de ser da sua existência, cultivando princípios de solidariedade e sã convivência e de igualdade estatutária independentemente do cargo ou função e de corporativismo construtivo, visando, em última instância, promover a união e a consolidação dos laços fraternos entre todos os membros da grande família que é a PSP.

1.2. Visão

Os Serviços Sociais da PSP deverão a longo-prazo apresentar-se como uma instituição de elevada credibilidade e merecedora do respeito do universo dos funcionários da PSP no activo e na situação de aposentação, funcionalmente orientados para a satisfação das reais necessidades e expectativas dos seus clientes actuais e potenciais, assumindo-se como um instrumento de coesão e de solidariedade institucionais.

1.3. Ambiente Interno

Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública vêm desenvolvendo a sua actividade de acordo com um enquadramento legal – o Decreto Lei n.º 42 794 de 31 de Dezembro de 1959, alterado pelos Decretos-Lei n.º 43 421, de 22 de Dezembro de 1960 e n.º 44 564 de 11 de Setembro de 1962 – notoriamente desactualizado face à hodierna realidade social, económica e política.

Na verdade, embora a realidade organizativa dos SSPSP siga, em termos formais, o enquadramento legal atrás referido, continua a verificar-se e até a acentuar-se um efectivo desajustamento entre as actividades e apoios prestados nos nossos dias e aqueles que determinaram, na década de 60 do século passado, a criação

dos SSPSP. Por sua vez, pela evolução natural das coisas, acaba por existir igualmente um desajustamento face à lei de enquadramento da acção social complementar no nosso país, que deverá servir de orientação à actividade e funcionamento orgânico dos SSPSP, sem prejuízo das suas especificidades.

Tendo em conta este desajustamento, foi no final do ano de 2006 proposto ao Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, transitoriamente até que entre em vigor legislação actualizada, uma organização *ad hoc* dos SSPSP que melhor pudesse dar resposta às alterações legislativas que o PRACE prevê para os mesmos, nomeadamente a extinção do Cofre de Previdência (CPPSP) e a sua plena e efectiva integração naquele organismo, introduzindo igualmente uma maior flexibilidade gestonária. Deste modo, num quadro de simplicidade e clareza orgânica, foi proposto a existência de duas áreas na dependência do Secretário-geral: uma Área de Acção Social e uma Área de Gestão Financeira e Patrimonial, que, no essencial, assume a clássica divisão entre serviços de *front-office* e de *back-office*, apoiados por órgãos de *staff* na área técnica, inspectiva (qualidade) e de planeamento / controlo de gestão.

Neste momento os SSPSP desenvolvem a sua actividade, que se dirige a um universo de cerca de 70.000 beneficiários, com recurso a um total de 28 elementos com funções policiais – 3 oficiais, 6 chefes e 19 agentes principais^[1] –, bem como pessoal com funções não policiais, que compreende no total 13 elementos – 3 técnicos superiores, 8 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais –, sendo que 9 integram o mapa de pessoal dos SSPSP, enquanto os restantes pertencem aos quadros de pessoal da Polícia de Segurança Pública (3) e de organismos externos da Administração Pública (1).

Este efectivo de 41 elementos tem-se revelado insuficiente, até porque os mesmos desempenham tarefas e actividades adstritas ao Cofre de Previdência – um organismo que detém igualmente um vasto património e um elevado número de subscritores (cerca de 34.600) –, numa lógica de serviços partilhados. Assim, as principais actividades com défice de pessoal são a de *assistência social de proximidade*, que providencia um serviço personalizado de análise e acompanhamento de situações socialmente gravosas, e o apoio técnico na área da contabilidade e do aprovisionamento. É neste cenário que os SSPSP

[1] Inclui os encarregados das cinco estâncias de férias espalhadas pelo país.

pretendem lançar um concurso, obviamente dentro dos quesitos legalmente definidos, tendente à contratação de mais uma técnica especializada na área do serviço social – que, no fundo, acaba por ser o seu *core business* –, e de um gestor financeiro e patrimonial.

Os SSPSP contam mensalmente com uma importante receita proveniente de um desconto obrigatório de 0,5% dos vencimentos de todo o pessoal pertencente à PSP, representando cerca de 41% das receitas totais. Financeiramente, dependem ainda de receitas de natureza mercantil e de receitas provenientes de outras origens, previstas estatutariamente, sendo que estas últimas assumem uma expressão mínima.

Resta dizer neste primeiro capítulo introdutório que, em termos de valores partilhados, os SSPSP, pela sua própria natureza jurídica e social, visam, em última instância, promover a união e a consolidação dos laços fraternos entre todos os membros da grande família que é a Polícia de Segurança Pública.

1.4. Ambiente Externo

Os SSPSP estão plenamente inseridos na Polícia de Segurança Pública, dela sendo parte integrante, nos termos do seu regulamento orgânico. Do ponto de vista jurídico, o seu pessoal sujeita-se ao estatuto do pessoal e demais legislação aplicável à PSP, sendo que, na sua actuação corrente, os SSPSP observam também as normas da contabilidade pública e os princípios vertidos na já referida lei de enquadramento da acção social complementar. Efectivamente, absorvem, como qualquer outro organismo da PSP – salvaguardadas as suas especificidades enquanto serviço autónomo – o impacto directo das medidas legislativas e políticas aplicáveis à PSP como um todo, por emanção do poder legislativo e executivo.

1.5. Análise SWOT

Para densificar o que foi dito atrás quanto às contingências ambientais com que os SSPSP se deparam, é possível estabelecer uma análise matricial do tipo SWOT:

<p>OPORTUNIDADES (<i>Opportunities</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Aumento da esperança de vida das pessoas •Tendência ligeira para um aumento líquido do efectivo policial •Aumento da idade para reforma na PSP •Elevado preço da globalidade dos produtos destinados à 3ª idade e à primeira infância disponíveis no mercado •Tendência para uma descaracterização da globalidade dos restantes organismos congéneres na Administração Pública •Crescimento das despesas com turismo em Portugal 	<p>AMEAÇAS (<i>Threats</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ciclo económico em fase recessiva (dificuldade de aumento das receitas) •Designio nacional de forte contenção orçamental •Tendência geral para aumento dos custos com pessoal nos Serviços e Fundos Autónomos •Necessidade do Estado obter mais receitas extraordinárias (saldos de gerência dos SFA)
<p>PONTOS FORTES (<i>Strengths</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Volume de receitas estável e relativamente previsível •Equilíbrio financeiro potencial •Elevado património •Custos com pessoal relativamente baixos •Equipa directiva dinâmica e pessoal motivado 	<p>PONTOS FRACOS (<i>Weaknesses</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Relativamente fraca imagem junto dos clientes actuais •Baixíssima penetração no segmento dos aposentados •Cultura organizacional ainda pouco sensível às questões da 3ª idade •Elevados custos de manutenção das infra-estruturas •Frac base tecnológica de apoio à decisão e à burótica •Deficiente conhecimento do perfil, grau de satisfação e expectativas dos clientes actuais e potenciais

Recorrendo a uma matriz conjugada (adaptado de I. Chiavenato):

		Análise Externa	
		Ameaças	Oportunidades
Análise Interna	Pontos Fracos	<p>Desactivação</p> <p>Tendência para redução de receitas garantidas pelo Estado</p> <p>Produtos enviesados face às necessidades e expectativas dos beneficiários</p> <p>Fraca imagem juntos dos beneficiários</p> <p><i>e</i></p>	<p>Melhoria</p> <p>Tendência para o aumento da esperança de vida da população</p> <p>Crescente onerosidade dos produtos para a 3ª idade</p> <p><i>mas</i></p> <p>Baixa penetração, deficiente sensibilização e fraca imagem junto do segmento sénior</p>
	Pontos Fortes	<p>Enfrentamento</p> <p>Tendência para redução de receitas garantidas pelo Estado</p> <p>Elevado património</p> <p>Baixos custos fixos com pessoal</p> <p>Detenção de infra-estruturas potencialmente apetecíveis para o mercado não beneficiário</p> <p><i>mas</i></p>	<p>Aproveitamento</p> <p>Escassez de produtos no mercado ajustados às necessidades dos beneficiários activos</p> <p><i>e</i></p> <p>Capacidade para lançar produtos perfeitamente ajustados às necessidades dos beneficiários</p>

Em termos gerais, ressalta claramente que, não obstante a existência de um vasto número de debilidades a vários níveis, os SSPSP deparam-se com um leque assinalável de oportunidades que os poderá catapultar para um outro nível de desempenho e de reconhecimento junto do seu público-alvo, ao mesmo tempo que poderá actuar de forma directa junto dos factores que estão na base desses pontos fracos internos, gerando-se um ciclo virtuoso no futuro. Falamos essencialmente do quadrante de “Aproveitamento”, na figura supra, em que se conjuga uma oportunidade de mercado pela insuficiência actual de serviços adoptados às necessidades dos polícias com a flexibilidade dos SSPSP em promovê-los por mote próprio, bem como do quadrante “Enfrentamento”, em que os SSPSP, mercê de uma robusta situação patrimonial e financeira, podem contrariar a tendência de regressão do financiamento estatal dos organismos de cariz social e assim fortalecer a sua posição no panorama da acção social complementar.

2. Clientes

Os SSPSP orientam a sua actividade para todos os seus beneficiários titulares e familiares, compreendendo-se neste universo todo o pessoal em serviço activo na PSP e o pessoal aposentado que voluntariamente o deseje, actualmente rondando as 70.000 pessoas, como foi dito atrás. Os beneficiários actuais e potenciais encontram-se maioritariamente concentrados nas capitais de distrito, com maior incidência nas cidades de Lisboa e Porto.

Verifica-se que, não obstante o pessoal da PSP beneficiar dos serviços e actividades desenvolvidas pelos SSPSP, com uma extensão quase universal, existe uma dificuldade crónica de percepção por parte dos clientes do portfólio e das potencialidades dos serviços por eles prestados. Trata-se eventualmente de uma dificuldade de comunicação que urge colmatar e que poderá ser atenuada no futuro com a implementação de medidas em curso que irão decerto alterar o *estado da arte*, sendo que as implicações orçamentais serão reduzidas.

Pode dizer-se, *grosso modo*, que os clientes externos dos serviços têm uma imagem algo depreciada e enviesada dos SSPSP, sobretudo por desconhecimento do caminho hodiernamente seguido e da visão que se tem para os mesmos.

Por sua vez, os clientes internos dos Serviços integram um grupo homogéneo e motivado de pessoas nos quais é necessário investir em termos de formação, sobretudo no âmbito de relacionamento humano, como forma de atenuar uma vertente

demasiadamente formal da instituição, que permanece como herança de uma prática decana algo hermética e centrada sobre si mesma. A atenuação da rigidez do relacionamento interpessoal dessas pessoas poderá ser uma forma de melhorar o ambiente de trabalho e potenciar a sua capacidade laboral, aumentando o índice de produtividade geral e a imagem junto dos clientes externos.

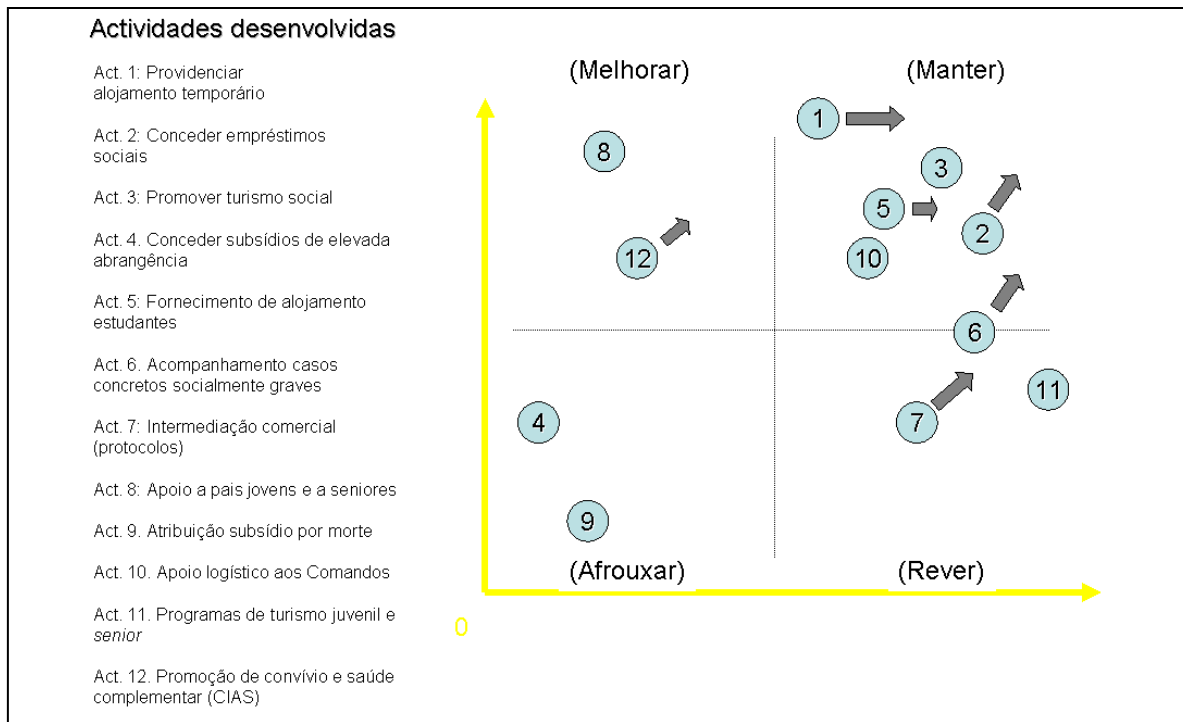
II Objectivos e Estratégia

1. Posicionamento estratégico.

Os SSPSP têm que continuar a assumir um posicionamento no panorama da Administração Pública e, em particular, da Acção Social Complementar, que claramente o diferencie no plano teleológico, de forma a ocupar o seu espaço específico de actuação e a diferenciar-se dos demais organismos estatuais congéneres no que respeita à gama de serviços que oferece, até porque a realidade da PSP é bastante peculiar, em termos de exigência profissional dos seus funcionários (risco, desgaste psicológico e físico, exposição social, disponibilidade, etc.) e do padrão sócio-demográfico solidificado ao longo dos tempos por força da sua implantação, área de actuação e das tradicionais fontes geográficas de recrutamento.

Nessa medida, a existência dos SSPSP justifica-se desde logo quando consegue ir ao encontro das necessidades específicas geradas no seio dos profissionais da PSP em virtude precisamente da sua dinâmica laboral, oferecendo serviços insuficiente ou deficientemente disponíveis no mercado e recorrendo a este sempre que razões económico-financeiras o justifiquem claramente, intermediando relações comerciais mais vantajosas para os seus beneficiários.

Assim, em termos concretos poderemos utilizar a seguinte matriz (Torres, 2008) para ilustrar a dinâmica interna de gestão do *portfolio* de serviços dos SSPSP:



Como decorre da figura supra, em determinadas actividades por si desenvolvidas tem que fazer um esforço de promoção do valor percebido pelo utente e conjugadamente aumenta a sua capacidade de desenvolvimento, como é o caso das actividades 2,6, 7 e 12. Outras, como as actividades 1 e 5, o esforço vai no sentido de aumentar a capacidade interna de as desenvolver, enquanto algumas encontram-se num estágio de maturação por agora adequados (3, 4, 8, 9,10 e 11).

2. Objectivos estratégicos

O grande desafio colocado aos SSPSP a longo-prazo passa pela sua *absoluta auto-sustentabilidade orçamental*, independentemente do nível de contribuições estatais para a sua actividade, bem como pelo *reconhecimento e individualidade institucionais* na esfera da acção social complementar em Portugal, o que passa necessariamente por um desenho estratégico rigoroso e meticuloso.

Nessa linha de pensamento, os SSPSP assumem como objectivos estruturais de longo-prazo os seguintes:

- a. Assegurar a auto-sustentabilidade do organismo, traduzido por orçamentos efectivos sistematicamente nulos ou superavitários;
- b. Criar cada vez mais valor socioeconómico com relativamente menos recursos (*economia social de escala*)

- c. Consolidar uma imagem global de qualidade junto dos beneficiários.

3. Estratégia a adoptar

Para a prossecução dos objectivos estratégicos, tendo presente as contingências de ordem ambiental e interna reflectidas na análise SWOT, a estratégia a adoptar assentará em cinco pilares essenciais:

- a. Incremento do valor real e percebido dos produtos direccionados aos beneficiários em geral, numa base de segmentação essencialmente etária;
- b. Assunção de uma lógica de utilizador-pagador para os produtos de base universalista², imputando-lhes todos os *absorbing costs* (excepto amortizações);
- c. Minimização das transferências monetárias *tout court* para beneficiários, optando maioritariamente pela garantia de serviços com supressão da margem comercial arrecadada pelos fornecedores no mercado;
- d. Aposta nos produtos que se assumam como *amortecedores* face à especial onerosidade da condição policial em termos de risco, disponibilidade e mobilidade (e.g. habitação social temporária, medicina preventiva, compensação a beneficiários em situação socioeconomicamente gravosa e a familiares de funcionários mortos em serviço, etc.).

4. Factores Críticos de Sucesso

Para obter uma maior objectividade e racionalidade no esforço a imprimir e priorizar a aplicação de recursos, afiguram-se nos pertinentes os seguintes *factores críticos de sucesso*, ou seja, os elementos que poderão influenciar numa forma mais vinculada a prossecução dos objectivos estratégicos e rumar à visão pretendida:

- a) Criar uma nova legislação de organização e funcionamento dos SSPSP que assegure uma adequada flexibilidade e descentralização de procedimentos e competências, acentuando por outro lado a função de controlo e fiscalização;
- b) Instituir uma cultura organizacional de qualidade dos serviços prestados aos beneficiários;
- c) Assegurar uma elevada produtividade, motivação, formação e envolvimento dos funcionários dos SSPSP no que concerne à prossecução da visão, objectivos estratégicos e estratégia superiormente delineados;

² Recorde-se que são produtos fornecidos a todo e qualquer tipo de beneficiário, em condições de igualdade, independentemente da respectiva situação sócio-económica, em contraponto com os produtos de base assistencialista, em que a condição sócio-económica dos beneficiários é tida em conta.

- d) Manter capacidade financeira para acorrer a necessidades de financiamento de novos produtos críticos, especialmente os que exigem maior investimento, como o alojamento temporário;
- e) Prosseguir uma imagem globalmente prestigiante dos SSPSP, em termos de credibilidade gestonária, de utilidade e notoriedade dos produtos disponibilizados e de orientação para os clientes;
- f) Rentabilizar as infra-estruturas sociais nas épocas menos fortes, ponderando o alargamento do leque de utilizadores (e.g. funcionários públicos, empresas, etc.

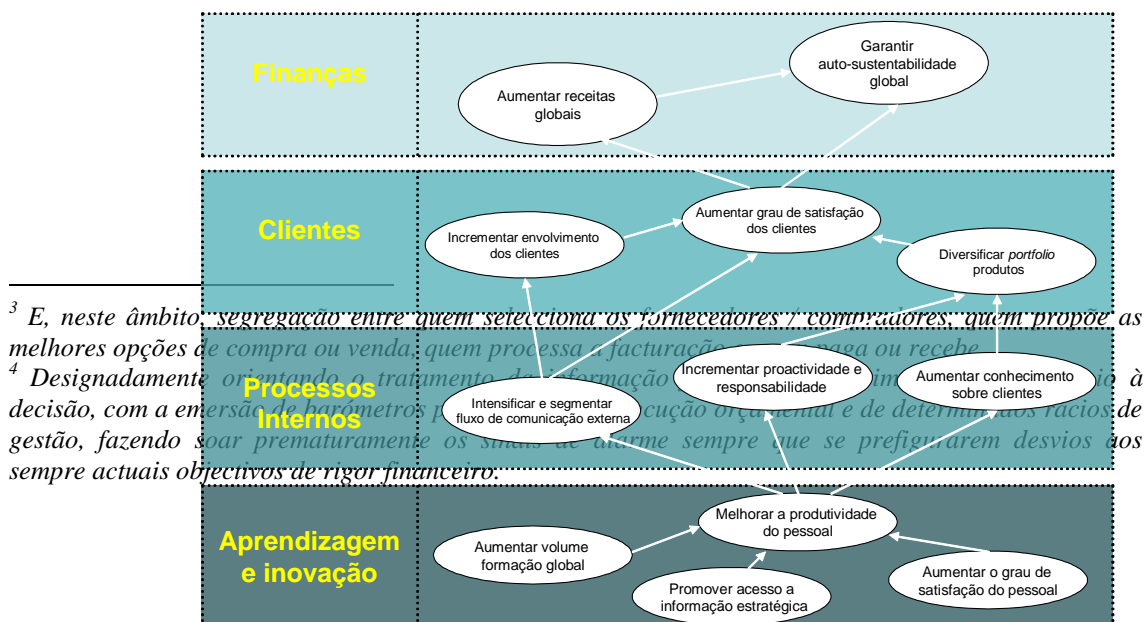
5. Política a seguir

A política a seguir assenta numa gestão rigorosa, credível, transparente e participada, baseada na segregação de funções chave – 1) levantamento de necessidades / oportunidades, 2) assunção dos processos de aprovisionamento / alienação³ e 3) decisão definitiva. O rigor e a credibilidade gestonários passarão não só pela observância da legalidade mas também pela adopção de critérios de gestão operacional e financeira de base técnico-científica que promovam uma melhor eficácia e eficiência dos serviços⁴.

Em termos de comunicação e marketing, a política a seguir assentará num maior estreitamento e ligação entre os órgãos centrais dos SSPSP e os beneficiários, por um lado, e entre a direcção dos serviços e os restantes quadros e funcionários, envolvendo-os num projecto global em que todos são protagonistas.

6. Mapa estratégico

Como se referiu atrás, a prossecução dos grandes desideratos estratégicos dos SSPSP passam por um desenho estratégico bastante rigoroso e criterioso, que assegure a harmonia entre as quatro valências essenciais da organização: *aprendizagem e inovação, processo internos, clientes e finanças*. Assim:



³ E, neste âmbito, segregação entre quem selecciona os fornecedores / compradores; quem propõe as melhores opções de compra ou venda; quem processa a facturação; quem paga ou recebe.
⁴ Designadamente orientando o tratamento da formação, imbuindo os funcionários à decisão, com a emersão de parâmetros de decisão orçamental e de determinar os raios de gestão, fazendo soar prematuramente os sinos de alarme sempre que se prefigurarem desvios aos sempre actuais objectivos de rigor financeiro.

Como é ilustrado pelo mapa estratégico acima exposto, a melhoria da produtividade do pessoal é um objectivo-charneira no capítulo da aprendizagem e inovação, o qual vai influenciar três factores cruciais a tratar no capítulo dos processo internos (comunicação externa, proactividade / responsabilidade e grau de conhecimento dos clientes), assegurando o elemento-chave da área de clientes (grau de satisfação dos clientes) que, por sua vez, vai desaguar no desiderato estratégico inserto no capítulo das finanças – a auto-sustentabilidade do organismo -, o que passa igualmente por uma cada vez melhor relação receitas/despesas globais.

7. Objectivos operacionais para 2011

Dentro do quadro contingencial até agora explanado os SSPSP propõem-se prosseguir em 2009 os seguintes objectivos, que, na sua globalidade, contribuirão para o esforço nacional de contenção orçamental:

- a. **Aumentar o volume global de receitas efectivas em 1%** (em termos nominais), criando um pouco mais de músculo financeiro para sustentar projectos futuros⁵;
- b. Conseguir o **reingresso de 50 beneficiários já aposentados** (em termos líquidos), contribuindo para a penetração consolidada neste segmento ainda pouco explorado pelos SSPSP;
- c. **Aumentar em 2% o nível de ocupação** (diárias) das estâncias de férias na época baixa, com vista à rentabilização das instalações;
- d. **Aumentar em 1% o nível de satisfação dos utentes** dos serviços prestados pelos SSPSP nas suas estâncias de férias;
- e. Aumentar a **capacidade instalada** das Casas de Coabitação Social **para 70 camas;**

⁵ Objectivo partilhado por todos os departamentos e funcionários.

- f. Iniciar a **exploração parcial do Lar dos Beneficiários** de Vieira de Leiria.

8. Serviços fornecidos e outros a fornecer

Tradicionalmente, os SSPSP tinham vindo a desenvolver, praticamente desde a sua criação até há bem pouco tempo, três vertentes consideradas estruturais no que diz respeito à sua actividade operacional: 1) a promoção de férias a preços reduzidos nas estâncias de férias construídas de raiz, 2) a habitação social e 3) a concessão de subsídios pecuniários, nomeadamente de natureza escolar, que atingia um universo muito significativo dos seus clientes externos. Esta última vertente é agora posta em causa sobretudo pelo enorme esforço financeiro representado e pelo baixo valor percebido pelos utentes face aos mesmos, já que isoladamente é pouco para cada um mas globalmente tem um peso incomportável no actual orçamento.

Actualmente, como foi dito atrás, para além das tradicionais áreas da habitação e alojamento temporário e do turismo social, os SSPSP pretendem cada vez mais assumir-se como um organismo de índole eminentemente assistencialista, pelo que os serviços de natureza mais universalista – prestados de igual forma a todos os beneficiários, independentemente da sua situação socioeconómica – como as casas de passantes, o turismo social, os protocolos comerciais, entre outros –, terão uma função crescentemente instrumental, provendo o necessário músculo financeiro para garantir a sustentabilidade dos inevitáveis custos financeiros associados a serviços de cariz assistencialista, que geram benefícios sociais directos aos realmente necessitados, como as linhas de apoio pecuniário e em espécie, o serviço social de proximidade, os lares de estudantes, etc.

Na área da habitação social, não deixa de ser relevante o facto de os SSPSP terem a seu cargo a gestão de 607 fogos de habitação em todo o território nacional, incluindo nas Regiões Autónomas, já com um grau de antiguidade assinalável (perto de 30 anos, em média). Cerca de um terço deste *portfólio* imobiliário situa-se na região de Lisboa, local habitualmente de destino de grande parte dos efectivos recém-formados nos estabelecimentos de ensino da PSP.

Durante os anos de 2008 e 2009 os SSPSP, tal como o CPPSP, procederam a um amplo e complexo processo de actualização das rendas sociais dos seus imóveis arrendados a beneficiários – o que, na generalidade dos casos, não acontecia há mais de vinte anos –, gerando um encaixe financeiro extraordinário que permitiu o arranque, durante o ano de 2009, de um programa plurianual de conservação e

manutenção das partes comuns e fachadas dos prédios. Efectivamente, tendo presente o seu estado geral em termos de vetustez, este programa de reabilitação imobiliário torna-se absolutamente inadiável face às sucessivas inspecções técnicas que inequivocamente apontam para a existência de riscos graves para pessoas e bens caso essas intervenções profundas não sejam realizadas, o que poderá trazer consequências indesejáveis para ambas as partes.

Refira-se que esse processo de actualização extraordinária das rendas, para além da obtenção de receitas adicionais que tornasse a actividade auto-sustentável e não altamente deficitária, como o era até há pouco tempo, encerrou ainda outros dois objectivos: por um lado, sanar as situações alegadamente de uso abusivo ou inadequado dos imóveis, que vinham provocando forte descontentamento no seio dos restantes beneficiários e, pelo outro, jogando com o conceito de *utilidade* do bem em causa, visava ainda incentivar a desocupação voluntária de determinados imóveis de uso dispensável por parte dos respectivos inquilinos, os quais apenas mantinham os contratos de arrendamento para garantir as suas esporádicas visitas aos grandes centros urbanos, em especial a Lisboa, necessidade essa que é perfeitamente suprida com as *casa de passantes*⁶. Foi desta maneira que se libertaram para já quase três dezenas de casas que irão ser reocupadas por outros beneficiários mais carenciados ou albergar as futuras *casas de coabitação social*.

É óbvio que este processo encerra também uma obrigação não obnubilável por parte dos SSPSP de enveredar por uma política mais activa e sustentada de intervenção nos seus edifícios habitacionais, tendo presente que a medida tomada no sentido do aumento das rendas sociais despertou naturalmente um forte descontentamento no seio dos inquilinos, até porque decorreu em tempos de especiais dificuldades para a população portuguesa em geral.

Cabe aqui dizer que, não obstante a política de contenção, na medida do possível, das despesas correntes orçamentadas para 2011 face ao ano em curso, mesmo contando com os custos adicionais provenientes da exploração de novas infra-estruturas naturalmente deficitárias (como o CIAS do Porto) e do esperado aumento do preço

⁶ *As Casas de Passantes, cuja terminologia radica numa tradição existente nos SSPSP – “Lar de Passantes” –, embora com outras finalidades, é um conceito recém introduzido pelos SSPSP que consiste basicamente numa residência totalmente equipada e mobilada, pronta para receber visitantes para permanências precárias, não superiores a 30 dias, podendo inclusivamente apoiar a passagem de elementos em missão de serviço policial.*

dos recursos energéticos e de outras matérias-primas importantes, a grande aposta para 2011 é precisamente nas despesas virtuosas de investimento na conservação e recuperação de edifícios, no aumento da base tecnológica de apoio e na intensificação do uso de energias alternativas, as quais, paulatinamente, vão minimizando os consumos intermédios dos SSPSP.

O certo é que o esforço dos SSPSP na área da habitação social continua perfeitamente actual, até porque existem cada vez mais fenómenos de desestruturação familiar (e.g. divórcios e separações) que provocam forte descapitalização junto dos beneficiários, pelo que seguramente é de manter, embora obedecendo a outra filosofia. Na verdade, há que reorientar cada vez mais esse esforço para a satisfação das necessidades dos beneficiários que iniciam a sua carreira policial e que normalmente são integrados nos grandes Comandos, onde existem dificuldades de acesso a habitações a preços controlados, o que passa pelo reforço da natureza temporária do sector da habitação social. Assim, é intenção dos SSPSP, em conjugação com o CPPSP, continuar a desenvolver o conceito de *casas de coabitação social*, prioritariamente a pensar nos recém-formados na Escola Prática de Polícia.

Ainda neste âmbito, os SSPSP têm como objectivo criar uma unidade residencial na zona de Lisboa e, num horizonte temporal mais longínquo, na zona do Porto, exclusivamente orientadas para o alojamento dos jovens polícias. O conceito subjacente ao projecto em questão está também mais à frente explicado com pormenor.

Por outro lado é agora importante continuar a enveredar pelo reforço dos serviços correntes de elevado valor percebido, nomeadamente com o alargamento da rede de lares de estudantes a outras cidades, bem como a continuação do programa de instalação de *casas de passantes* nas principais zonas do país, em ambos os casos com aproveitamento dos imóveis habitacionais dos SSPSP em estado de desocupação relativamente longo.

Os SSPSP possuem cinco estâncias de férias de média / grande dimensão, quatro no território continental e uma em Porto Santo, infra-estruturas importantes no que toca ao fornecimento de serviços turísticos de baixo preço e que contribuem simultaneamente para o reforço de laços de afinidade entre os beneficiários e do sentimento de pertença e auto-estima institucionais. Embora num horizonte temporal

próximo não se preveja a construção ou sequer o alargamento de instalações deste tipo, mantém-se a aposta na vertente da promoção de férias a preços módicos, respeitando tendencialmente o princípio do *utilizador-pagador*. Por outro lado, estão a ser desencadeados os necessários esforços no sentido da celebração de protocolos e parcerias externas para aumentar o universo potencial de utentes das estâncias, de forma a obter a sua rentabilização durante a época baixa, onde, na sua maioria, costumam deter taxas de ocupação relativamente baixas, embora tal desiderato passe por uma alteração no regulamento dos SSPSP.

Outra área que os SSPSP vêm apostando nos últimos anos tem a ver com a celebração de protocolos com organizações, empresas e instituições com um elevado interesse percebido pelos beneficiários. Na verdade, face à suspensão de tradicionais subsídios de carácter universalista ligados à educação dos beneficiários, em nome de princípios de equilíbrio orçamental e de não cumulação de prestações sociais, os SSPSP, mercê do seu alto poder negocial decorrente do elevado número de beneficiários e da sua capacidade de comunicação interna, apostam cada vez mais na obtenção de descontos comerciais em produtos de uso corrente para os seus beneficiários. Esta situação serve em pleno às três partes: a estes últimos, por que obtêm uma melhoria do seu nível de vida ao verem as suas despesas correntes reduzidas; aos SSPSP, porque normalmente têm compensações financeiras ou em espécie pelo seu esforço de divulgação dos protocolos, sob a forma de comissões sobre as vendas; e às entidades fornecedoras, que conseguem chegar de forma mais fácil e barata a potenciais clientes e assim aumentar o seu volume de vendas.

A criação do Centro Integrado de Acção Social (CIAS) no Porto, depois do homólogo de Lisboa, bem como a exportação futura do modelo às outras capitais de distrito, de forma gradual e sustentada, evidentemente com os necessários ajustamentos em termos de gestão, valências disponíveis e dimensões, afigura-se como um projecto de elevada utilidade que deverá ser assumido como prioritário, colmatando uma lacuna no que diz respeito à integração horizontal e vertical (intergeracional) dos beneficiários, sedimentando laços de pertença e de identificação com a instituição policial.

9. Principais actividades projectadas:

a. Reconversão parcial do Hotel de Férias de Vieira de Leiria para Lar dos Beneficiários.

A estância de férias dos PSP situada em Vieira de Leiria, a primeira a ser construída num grupo de cinco no total, apesar de deter uma capacidade superior a 500 utentes mensais, em termo médios, através dos seus 96 apartamentos e 24 quartos individuais, só nos meses de pico – Julho e Agosto – consegue ter a lotação praticamente esgotada, apresentando nos restantes meses do ano uma ocupação muito próxima dos 0%. A sua inserção geográfica, com a proximidade do mar, facilita igualmente a terapia de algumas doenças, nomeadamente do foro respiratório e mental.

Assim, numa lógica de rentabilização do espaço, minimizando a sua elevada sazonalidade e o peso dos custos fixos sobre as receitas globais, ao mesmo tempo que se satisfaz uma importante necessidade de reagrupar sociologicamente antigos funcionários da PSP, numa lógica de apoio e acompanhamento da velhice, é intenção da actual direcção executiva dos SSPSP reconverter parcialmente as infra-estruturas de Vieira de Leiria para acolhimento durante todo o ano de beneficiários idosos ou incapacitados, independentemente de terem ou não suficiente autonomia física e mental, ao mesmo tempo que se mantém a componente lúdica numa relação harmoniosa com as referidas componentes terapêuticas.

Nesse sentido, torna-se necessário proceder a algumas obras de beneficiação e de adaptação das instalações e equipamentos, nomeadamente ao nível das instalações sanitárias, das acessibilidades e de outras infra-estruturas de apoio na área da medicina preventiva e curativa, investimento esse que decerto será rapidamente colmatado pelas receitas adicionais que o projecto irá gerar, já que irá prevalecer a lógica do utilizador-pagador.

O custo da 1ª fase deste projecto deverá ascender a 300.000 euros.

b. Reparação e conservação do Hotel de Férias do Baleal – 2ª fase

O Hotel de Férias do Baleal beneficiou recentemente de diversas obras de reparação e de conservação de forma a sanar os problemas com infiltrações que têm danificado material e equipamento no seu interior. A elevada exposição a um clima particularmente agressivo contribuiu para a degradação do seu estado geral, pelo que estas obras, de elevada envergadura – já que envolveu também a pintura das

fachadas –, contribuirão para o prolongamento da vida útil das instalações e para o aumento do seu valor intrínseco.

Durante o ano de 2011 os SSPSP esperam poder realizar a 2ª fase das obras de reabilitação do espaço, envolvendo a reparação de portas de madeira e a repavimentação de terraços.

O custo estimado para este projecto deverá ascender a cerca de 100.000 euros.

c. Continuação do programa plurianual de recuperação do património habitacional

Conforme referido atrás, é intenção dos SSPSP continuar de forma sustentada e planeada um vasto programa de recuperação do seu património habitacional, que se encontra demasiado envelhecido e degradado, apresentando, de acordo com os relatórios técnicos especializados, claros riscos para os inquilinos e terceiros.

Nesse quadro, os SSPSP esperam realizar uma intervenção profunda no seus prédios sites na cidade de Torres Novas, os quais nunca foram beneficiados exteriormente, apresentando também sérios riscos para os inquilinos. Também as fachadas exteriores e paredes interiores do edifício que alberga o lar de estudantes masculinos do Porto irão ser intervencionadas durante o próximo ano.

O custo estimado para este projecto deverá ascender a cerca de 160.000 euros.

d. Instituição de apoios específicos a funcionários policiais e familiares vítimas de acidentes graves em serviço

Indo ao encontro daquilo que pode ser considerada a sua individualidade, enquanto organismo que promove um apoio social complementar à justa medida para profissionais que detêm uma missão especialmente onerosa em termos de risco, desgaste físico e psicológico, penosidade e insalubridade, disponibilidade temporal e mobilidade geográfica, os SSPSP pretendem instituir durante o ano de 2011 um apoio especializado, sob a forma de fundo de assistência, a funcionários da PSP e respectivos familiares que, por força de acidente em serviço do qual resulte morte ou incapacidade total ou parcial, sofram uma considerável diminuição nos rendimentos provenientes do trabalho. Esse fundo de assistência poderá traduzir-se tanto num

montante em numerário para garantir níveis mínimos de qualidade de vida como em prestações sociais de índole diversa, tais como géneros alimentícios, descontos em serviços disponibilizados pelos próprios SSPSP, participação na formação escolar de menores (e.g. bolsas de estudo), arrendamento de imóveis com rendas especialmente módicas, etc.

Embora com uma margem de erro imprevisível, prevê-se que os encargos estimados com esta iniciativa ascendam a 70.000 euros / ano, dependendo sempre, como é óbvio, da disponibilidade orçamental e também – enquanto condição *sine qua non* – da alteração da lei orgânica dos SSPSP de forma a produzir normas habilitantes para tal.

e) Alargamento da oferta de Casas de Coabitação Social em Lisboa

Conforme referido atrás, a modalidade de habitação social de cariz temporário continua a fazer todo o sentido no seio do universo policial, dadas as especiais exigências da profissão em termos de mobilidade geográfica. De acordo com um estudo preliminar na posse do Comando Metropolitano de Lisboa, só nesta cidade existirão cerca de 600 elementos policiais a viver em camaratas – que acaba por ser uma infra-estrutura precária em termos de privacidade e de comodidade, especialmente quando se trabalha por turnos –, muitos deles durante vários anos, em função daquilo que consideram ser o seu projecto de vida futuro, que pode passar simplesmente pelo regresso à sua terra de origem.

Tendo em conta este cenário, os SSPSP tencionam disponibilizar em 2011 uma oferta global de 70 camas em contexto de *Casas de Coabitação Social*, destinando-se ao alojamento temporário de elementos policiais, preferencialmente recém-formados na Escola Prática de Polícia, sendo que os SSPSP, contra um pagamento de um determinado montante pelos utentes – radicando também numa lógica de *utilizador-pagador* –, assegurarão um apetrechamento mínimo dos imóveis (mobiliário simples de sala, quartos e cozinha) e a disponibilização de determinado nível de recursos correntes, como água, electricidade e gás, de acordo com os padrões de consumo normais.

As *Casas de Coabitação Social* visam assim um triplo objectivo: a) reduzir as despesas com alojamento dos beneficiários titulares, em início de carreira ou deslocados que, por motivos de transferência não definitiva, sejam colocados fora da

sua área de residência normal, ou outros que por circunstâncias diversas careçam de residência; b) Prover as condições mínimas de habitabilidade de pessoas que partilham valores afins e têm a mesma profissão e c) assegurar um enquadramento adequado, que permita combater o desenraizamento social, solidão e desnorte que eventualmente possam sentir pelo exercício inicial de uma missão especialmente penosa em localidades completamente novas, em condições mínimas de bem-estar, que venha a contribuir para um bom ambiente que facilite a criação de laços solidários e uma boa integração profissional.

O custo estimado para este projecto deverá ascender a cerca de 120.000 euros.

f) Adaptação da antiga cantina dos SSPSP no Porto para CIAS.

A criação de Centros Integrados de Acção Social (CIAS) demonstrou ser um projecto estratégico de grande importância que se traduz num equipamento social de qualidade com finalidades de integração intergeracional, congregando beneficiários de todos os segmentos etários, albergando serviços vários de utilidade inquestionável como consultórios médicos (dirigidos preferencialmente a beneficiários titulares não utilizadores das estruturas congéneres do SAD/PSP, como os familiares de funcionários), os incontornáveis bares e salas de convívio, lavandarias, mini-ginásios, *netzones*, salas de jogo, gabinetes de apoio psicológico, etc, numa lógica de geometria variável, tendo presente as necessidades concretas de acordo com a envolvente socioeconómica e demográfica.

Este conceito vai ao encontro dos vários segmentos de beneficiários, sendo por isso de largo espectro em termos de público-alvo, o que contribui para a consolidação da auto-estima e da identidade institucionais. Por outro lado, espera-se que este projecto dê também o seu contributo para a prevenção de potenciais disfunções ao nível psíquico que possam emergir entre alguns funcionários policiais fruto do stress profissional, combatendo o isolamento físico e social e aumentando os índices de convivência e confraternização, de identificação institucional e de solidariedade no seu seio.

Assim, depois da experiência bem sucedida do primeiro CIAS nos Olivais, Lisboa, a ideia é avançar para um novo CIAS no Porto, nas instalações da antiga cantina dos SSPSP, na Rua do Sol.

O valor global a imputar ao orçamento de 2011 para as necessárias obras de adaptação das instalações em causa deverá ascender a cerca de 300.000 euros.

g) Adquirir um sistema integrado de informação social (SSPSP e CPPSP)

Tendo em conta a ainda ténue base tecnológica dos SSPSP e do CPPSP, que continua a provocar desperdícios de meios, sobrecarga de trabalho e ineficiência informacional, pretende-se adjudicar em 2011 a concepção e desenvolvimento de um sistema integrado de informação gerido pelo CPPSP e SSPSP, nomeadamente permitindo a ligação com infra-estruturas dispersas pelo país, o que trará ganhos substanciais em termos de economia, rapidez, simplicidade e fiabilidade de procedimentos.

O custo estimado para levar a cabo este projecto deverá orçar em 75.000 euros.

III Conclusões

Em jeito de conclusão, poderemos dizer o seguinte:

- Os SSPSP vão prosseguir escrupulosamente o esforço de consolidação orçamental depois da absorção de vários factores adversos em termos financeiros, como o pagamento da totalidade dos salários do seu pessoal, o aumento das contribuições para a segurança social e as contribuições para a ADSE;
- O quadro ambiental em que se move os Serviços evidencia um amplo espaço de progressão no combate às suas actuais debilidades internas, especialmente com o aproveitamento das vastas oportunidades de negócio, potenciando os seus pontos fortes;
- Os SSPSP assumem cada vez mais a sua genuína natureza de organismo assistencialista com uma individualidade própria ligada à especificidade da profissão dos seus beneficiários;

- Apesar do esperado pequeno aumento da receita efectiva para 2011, os SSPSP mantêm uma política de contenção dos gastos com pessoal, não obstante o efectivo actual ser reconhecidamente insuficiente;⁷
- É intenção do presente organismo avançar na concretização de alguns projectos estruturantes, nomeadamente o início da exploração parcial Lar dos Beneficiários de Vieira de Leiria, o alargamento da rede de Casas de Coabitação Social e de Casas de Passantes e preparação das instalações que detém na Rua do Sol para acolhimento do CIAS do Porto;
- Em termos particulares, assume especial importância a introdução de uma linha de apoio específica a funcionários da PSP alvo de acidentes de serviço graves que, pela sua natureza e dimensão, provoquem sensível diminuição do rendimento do agregado familiar, situação há muito reclamado pela universo dos profissionais de polícia.
- No entanto, a realização de alguns dos projectos estruturantes acima supramencionados passará obrigatoriamente pela revisão da lei orgânica dos SSPSP, que já tem mais de 50 anos de existência, provendo um adequado músculo financeiro (com a integração do CPPSP nos SSPSP e a abertura das infra-estruturas ao exterior) e uma maior flexibilidade e simplificação gestonária, bem como a necessária previsão normativa para o efeito.

Lisboa, 18 de Agosto de 2010

O Secretário-geral

José Emanuel de Matos Torres

(Intendente)

⁷ Espera-se que com a absorção do Cofre pelos SSPSP, essa necessidade de efectivos seja marcadamente abatida.

IV Anexos

1	Apoio Social	Despesa Prevista
1.1	Caixa Económica	2.380.000,00 €
1.2	Apoio Social	177.000,00 €
		2.557.000,00 €
2	Manutenção das Infra-estruturas	Despesa Prevista
2.1	Habitação Social	310.000,00 €
2.2	CIAS	399.500,00 €
2.3	Casas de Coabitação Social	15.000,00 €
2.4	Lares de Estudantes	105.000,00 €
2.5	Casa de Passantes	10.000,00 €
2.6	Estâncias de Férias	1.123.500,00 €
		1.963.000,00 €
3	Apoio Técnico/ Logístico	Despesa Prevista
3.1	Sede	44.500,00 €
3.2	Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação	138.000,00 €
3.3	Imagem e Comunicação	43.000,00 €
		225.500,00 €
		4.745.500,00 €

1	Programa de Apoio Social
----------	---------------------------------

1.1	Caixa Económica	Área Responsável	Despesa Prevista
------------	------------------------	-------------------------	-------------------------

1.1.A	Empréstimos a Curto Prazo	Área Acção Social	900.000,00 €
-------	---------------------------	-------------------	--------------

1.1.B	Empréstimos a Médio Longo Prazo	Área Acção Social	1.480.000,00 €
-------	---------------------------------	-------------------	----------------

			2.380.000,00 €
--	--	--	----------------

1.2	Apoio Social	Área Responsável	Despesa Prevista
------------	---------------------	-------------------------	-------------------------

1.2.A	Subsídios a Fundo Perdido	Área Acção Social	25.000,00 €
-------	---------------------------	-------------------	-------------

1.2.B	Subsídios a Deficientes	Área Acção Social	72.000,00 €
-------	-------------------------	-------------------	-------------

1.2.C	Subsídio da Festa de Natal	Área Acção Social	80.000,00 €
-------	----------------------------	-------------------	-------------

Ficha de Actividades

Designação

Caixa Económica - Empréstimos a Curto Prazo

Código

1.1.A

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Apoiar os beneficiários com uma ajuda económica que lhes permita cobrir situações problemáticas que possam surgir numa perspectiva de curto prazo.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

900.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Caixa Económica - Empréstimos a Médio e Longo Prazo	1.1.B
Responsabilidade	Duração
Área de Acção Social	Jan.-Dez.
Objectivos	
Empréstimos aos beneficiários numa lógica de médio/longo prazo.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 1 Chefe e 1 Agente Principal.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
1.480.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Apoio Social - Subsídios a Fundo Perdido

Código

1.2.A

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Apoio financeiro a situações de grave carência analisado caso a caso, pelo Gabinete de Acção Social.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

25.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Apoio Social - Subsídios a Deficientes

Código

1.2.B

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Subsídio disponibilizado aos beneficiários que têm filhos portadores de deficiência.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

72.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Apoio Social - Subsídio da Festa de Natal

Código

1.2.C

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Montante disponibilizado aos comandos da PSP para a realização das respectivas festas de Natal.

Recursos a afectar

Humanos

1 SubIntendente, 2 Chefes e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

80.000,00 €

Resultados a Obter

2 Manutenção das Infra-estruturas**2.1 Habitação Social** **Área Responsável** **Despesa Prevista**

2.1.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	150.000,00 €
-------	-----------------------------------	--------------------------------------	--------------

2.1.B	Reabilitação do Edifício de Torres Novas	Área Gestão Financeira e Patrimonial	160.000,00 €
-------	--	--------------------------------------	--------------

310.000,00 €

2.2 CIAS **Área Responsável** **Despesa Prevista**

2.2.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	7.500,00 €
-------	-----------------------------------	--------------------------------------	------------

2.2.B	Gestão do Serviço	Área Acção Social	92.000,00 €
-------	-------------------	-------------------	-------------

2.2.C	Adaptação do Imobilizado do CIAS do Porto	Área Acção Social	300.000,00 €
-------	---	-------------------	--------------

399.500,00 €

2.3 Casas de Coabitação Social **Área Responsável** **Despesa Prevista**

2.3.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	15.000,00 €
-------	-----------------------------------	--------------------------------------	-------------

15.000,00 €

2.4 Lares de Estudantes **Área Responsável** **Despesa Prevista**

2.4.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	10.000,00 €
-------	-----------------------------------	--------------------------------------	-------------

2.4.B	Serviço de Limpeza das Instalações	Área Acção Social	25.000,00 €
-------	------------------------------------	-------------------	-------------

2.4.C	Reabilitação do Lar de Estudantes Masculino do Porto	Área Gestão Financeira e Patrimonial	70.000,00 €
-------	--	--------------------------------------	-------------

105.000,00 €

2.5 Casa de Passantes **Área Responsável** **Despesa Prevista**

2.5.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	10.000,00 €
-------	-----------------------------------	--------------------------------------	-------------

10.000,00 €

2.6	Estâncias de Férias	Área Responsável	Despesa Prevista
2.6.A	Serviços de Conservação/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	127.000,00 €
2.6.B	Serviço de Limpeza das Instalações	Área Acção Social	130.000,00 €
2.6.C	Serviço de Vigilância das Instalações	Área Acção Social	230.000,00 €
2.6.D	Desinfestação	Área Acção Social	3.500,00 €
2.6.E	Jardinagem	Área Acção Social	33.000,00 €
2.6.F	ETAR	Área Acção Social	3.000,00 €
2.6.G	Manutenção do Equipamento de Cozinhas	Área Gestão Financeira e Patrimonial	12.000,00 €
2.6.H	Adaptação de parte do Edifício de Vieira de Leiria para Lar de Idosos (1ª Fase)	Área Gestão Financeira e Patrimonial	300.000,00 €
2.6.I	Substituição do pavimento dos Terraços do Hotel de Férias do Baleal em 3 fases (1ª Fase)	Área Gestão Financeira e Patrimonial	100.000,00 €
2.6.J	Construção de Cozinha de Apoio e Lavandaria no Hotel de Férias de Monfortinho	Área Gestão Financeira e Patrimonial	25.000,00 €
2.6.K	Pintura da fachada da Estância de Férias de Vieira de Leiria	Área Gestão Financeira e Patrimonial	100.000,00 €
2.6.L	Modificação dos Polibans nos Hotéis de Férias	Área Gestão Financeira e Patrimonial	60.000,00 €
			1.123.500,00 €

Ficha de Actividades

Designação	Código
Habitação Social - Serviços de Manutenção/ Reparação	2.1.A
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manutenção ou reparação das infra-estruturas, pertencentes ao parque Habitacional dos SSPSP, que necessitem de intervenção.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
150.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Habituação Social - Reabilitação do Edifício de Torres Novas

Código

2.1.B

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Empreitada de reabilitação do Edifício de Torres Novas.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 2 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

160.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
CIAS (Centro Integrado de Acção Social) - Serviços de Manutenção/ Reparação	2.2.A
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manutenção da infraestrutura e equipamentos do Centro Integrado de Acção Social.	
Recursos a afectar	
Humanos	
3 Técnicos Superiores, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
7.500,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

CIAS - Gestão do Serviço

Código

2.2.B

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Gestão dos Serviços disponíveis no CIAS.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 2 Técnico Superiores, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

92.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
CIAS - Adaptação do edifício da rua do Sol para o CIAS do Porto	2.2.C
Responsabilidade	Duração
Área de Acção Social	Jan.-Dez.
Objectivos	
Implementação do CIAS no Porto.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 2 Técnico Superiores, 2 Chefes e 3 Agentes Principais	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos;	
Financeiros	
300.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Casas de Coabitação Social - Serviços de
Manutenção/ Reparação

Código

2.3.A

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Manutenção das infra-estruturas e equipamentos disponíveis nas Casas de Coabitação Social.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

15.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Lares de Estudantes - Serviços de Manutenção/ Reparação	2.4.A
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manutenção das infra-estruturas e equipamentos disponíveis nos Lares de Estudantes.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
10.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação	Código
Lares de Estudantes - Serviço de Limpeza das Instalações	2.4.B
Responsabilidade	Duração
Área de Acção Social	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manter as Instalações em boas condições de limpeza/ higiene.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
25.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Lares de Estudantes - Reabilitação do Lar de Estudantes Masculino do Porto

Código

2.4.C

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Empreitada de beneficiação do Lar de Estudantes Masculino do Porto.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 2 Chefes e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

70.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Casas de Passantes - Serviços de Manutenção/
Reparação

Código

2.5.A

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Manutenção das infra-estruturas e equipamentos das Casa de Passantes.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

10.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Estâncias de Férias - Serviços de Conservação/ Reparação	2.6.A
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manutenção das infra-estruturas e equipamentos disponíveis nas Estâncias de Férias.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
127.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação	Código
Estâncias de Férias - Serviço de Limpeza das Instalações	2.6.B
Responsabilidade	Duração
Área de Acção Social	Jan.-Dez.
Objectivos	
Limpeza das Instalações	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
130.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Serviço de Vigilância das Instalações

Código

2.6.C

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Zelar pela segurança das Estâncias de Férias.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

230.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Desinfestação

Código

2.6.D

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Desinfestação de cozinhas e Refeitórios e serviços de controle de pestes.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

3.500,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Jardinagem

Código

2.6.E

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Manutenção dos Jardins das Estancias de Férias.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

33.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Estâncias de Férias - ETAR	2.6.F
Responsabilidade	Duração
Área de Acção Social	Jan.-Dez.
Objectivos	
Manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
3.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Manutenção do Equipamento de Cozinhas

Código

2.6.G

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Revisão e substituição dos equipamentos de cozinha.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

12.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Estâncias de Férias - Adaptação de parte do Edifício de Vieira de Leiria para Lar de Idosos (1ª Fase)	2.6.H
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Adaptar parte do edifício de Hotel de Férias de Vieira de Leiria, para implementação de um Lar de Idosos/ beneficiários.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Técnico Superior, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
300.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Substituição do Pavimento dos Terraços do Hotel de Férias do Baleal em 3 fases (1ª Fase)

Código

2.6.I

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

1ª fase da substituição do pavimento dos terraços do Hotel de Férias do Baleal com objectivo de evitar infiltrações.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

100.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação	Código
Estâncias de Férias - Construção de Cozinha de Apoio e Lavandaria no Hotel de Férias de Monfortinho	2.6.J
Responsabilidade	Duração
Área de Gestão Financeira e Patrimonial	Jan.-Dez.
Objectivos	
Dotar o Hotel de Férias e Monfortinho de equipamentos de apoio que actualmente não dispõe.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agentes Principais.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
25.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Pintura da fachada da Estância de Férias de Vieira de Leiria

Código

2.6.k

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Obras de beneficiação do Hotel de Férias de Vieira de Leiria.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 3 Chefes e 2 Assistentes Técnicos.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

100.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Estâncias de Férias - Modificação dos Polibans nos
Hotéis de Férias

Código

2.6.L

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Obras de beneficiação dos equipamentos.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 3 Chefes e 2 Assistentes Técnicos.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

60.000,00 €

Resultados a Obter

3 Apoio Técnico/ Logístico

3.1	Sede	Área Responsável	Despesa Prevista
3.1.A	Serviços de Manutenção/ Reparação	Área Gestão Financeira e Patrimonial	5.000,00 €
3.1.B	Limpeza das Instalações	Núcleo de Apoio Geral	27.000,00 €
3.1.C	Manutenção da Frota automóvel	Núcleo de Apoio Geral	10.000,00 €
3.1.D	Manutenção de Equipamentos	Área Gestão Financeira e Patrimonial	2.500,00 €
			44.500,00 €

3.2	Gestão de Sistemas e TIC	Área Responsável	Despesa Prevista
3.2.A	Assistência Técnica e Licenciamento de Software	Área Acção Social	63.000,00 €
3.2.B	Desenvolvimento do Projecto SIIGAS	Área Acção Social	75.000,00 €
			138.000,00 €

3.3	Imagem e Comunicação	Área Responsável	Despesa Prevista
3.3.A	Newsletter	Gabinete Comunicação e Qualidade	18.000,00 €
3.3.B	Actividades Lúdicas	Área Acção Social	25.000,00 €
			43.000,00 €

Ficha de Actividades

Designação

Sede - Serviços de Manutenção/ Reparação

Código

3.1.A

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Manutenção e conservação da Sede dos SSPSP.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 3 Chefes e 2 Assistentes Técnicos.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

5.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Sede - Limpeza das Instalações

Código

3.1.B

Responsabilidade

Núcleo de Apoio Geral

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Limpeza das Instalações.

Recursos a afectar

Humanos

1 Chefe, 2 Assistentes Técnicos e 2 Assistentes Operacionais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

27.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Sede - Manutenção da Frota automóvel

Código

3.1.C

Responsabilidade

Núcleo de Apoio Geral

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Reparações diversas da frota automóvel e revisão das viaturas.

Recursos a afectar

Humanos

1 Chefe e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

10.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Sede - Manutenção de Equipamentos

Código

3.1.D

Responsabilidade

Área de Gestão Financeira e Patrimonial

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Pequenas reparações e assistência técnica aos equipamentos da sede.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 3 Chefes e 2 Assistentes Técnicos.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

2.500,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Gestão de Sistemas e TIC - Assistência Técnica e Licenciamento de Software

Código

3.2.A

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Assistência técnica nas aplicações informáticas.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

63.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Gestão de Sistemas e TIC - Desenvolvimento do Projecto SIIGAS (Sistema Integrado de Informação de Gestão de Acção Social)

Código

3.2.B

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Melhorar o sistema de gestão.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente e 2 Agentes Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

75.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Imagem e Comunicação - Newsletter

Código

3.3.A

Responsabilidade

Gabinete de Comunicação e Qualidade

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Divulgação dos serviços aos beneficiários dos SSPSP e comunicação Institucional.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agente Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

18.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Designação

Imagem e Comunicação - Actividades Lúdicas

Código

3.3.B

Responsabilidade

Área de Acção Social

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Promoção e coordenação de actividades recreativas e lúdicas para os beneficiários dos SSPSP.

Recursos a afectar

Humanos

1 Subintendente, 1 Chefe e 2 Agente Principais.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

25.000,00 €

Resultados a Obter